

Aos (07) sete dias do mês de novembro de 2024, reuniram-se no Plenarinho da Câmara Municipal, para a 10ª Reunião do Conselho Pleno, os seguintes Conselheiros:1- Adriano Martins Xavier, 2- Ana Lucia Rodrigues, 3- Angela Pereira Branco, 4- Carla Cristine Agulham, 5- Carmem Lúcia de O. Rocha, 6- Carolline Pereira de Araujo Maia, 7- Clície Maria C. Negoseki, 8- Daniela Medeiros de Oliveira, 9- Delma Regiane Cordeiro Furman, 10- Dhebora Cristina da Silva, 11- Domingas de F. C. Amaral, 12- Evelyn Caroline Betim Araújo, 13- Fabio Braun, 14- Fabio Luciano Azevedo, 15- Fátima Batistão Machado, 16- Jessica Meirieli de S. C. Fuzeti, 17- Juliana Valli M. Criminácio, 18- Leila Gonçalves de Carvalho, 19- Luiz Carlos Costa da Silva, 20- Marcos Aurelio Precoma, 21- Maria Helena Guedes Tetu, 22- Maria Madalena de C. Hitner, 23- Marilza Aparecida P. Teixeira, 24- Marinês Gabriela C. Jarek, 25- Maristela do Rocio Dittert, 26- Rodrigo Cristiano de Oliveira, 27- Rosiani Silva Francheto, 28- Vilma Pissaia da Cruz, Tendo como pauta: 1- Abertura da Sessão Plenária: Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; Eleições; 1.3- Aprovação das atas; 2- Propostas de alterações da Portaria de Escolha de Turmas dos Departamentos: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Inclusão e Educação Especial; 3- Abaixo Assinado Escola Profª Júlia Wanderley; 4- Calendários: Unidades Publicas e Particulares; 5- Parecer da criança J.P.D do Colégio Opção; 6- Denúncias; 7- Processos Escolas Publicas e Particulares; 8- Correspondências recebidas; 9- Outros.

A Presidente Carolline Maia inicia a reunião fazendo uma apresentação pessoal, colocando que entrou na rede em 2011, veio para o Conselho no final de 2018 como representante de Diretores, em 2021 foi convidada à vir para a Secretaria de Educação, a principio na Divisão de Estrutura e Funcionamento e depois foi convidada para trabalhar no gabinete onde permanece até hoje, a Presidente Carolline coloca também que pensa que o Conselheiro deve ser um bom ouvinte a mesma está disposta a aprender e possui boa vontade quando se coloca para algo não é para brincar, é porque realmente acredita e quer fazer funcionar. Iniciando a pauta a Presidente Carolline coloca sobre a eleição de Diretores, dizendo que saiu o Edital nº07/2024 com a relação dos Diretores e Diretores Auxiliares eleitos, na última quinta feira houve eleição na Escola Narciso Mendes que havia ficado pendente devido algumas questões que a Comissão julgou necessário suspender, foi realizada a eleição mas não houve quórum, então não há uma Diretora eleita para esta Unidade. A Presidente Carolline coloca também sobre a eleição do Conselho, conforme ela havia se comprometido, fez um Parecer em nome dela, como servidora e protocolou na PGM as suas considerações a respeito das condicionalidades para ser Presidente do Conselho, e assim que vier a resposta, se compromete em trazer para o Conselho, mesmo sabendo que é opinativo. A Presidente Carolline coloca que também recebeu o Parecer de 2023 da PGM a respeito da suplência, devido a situação da Angela na época, foi colocado a função da suplência e diz que se alguém quiser ler ela pode passar o documento. A Conselheira Ana Lucia coloca que o Parecer não foi feito por causa da Conselheira Angela, foi apresentado quando foi feito a vice-presidência, mas não porque ela queria se candidatar, foi antes para que pudesse ler no dia, na época ficou preocupada porque o Secretário Geral do Conselho era suplente, então tinha essa questão de organização do Conselho. A Presidente Carolline concorda que foi no dia da eleição mesmo. A Conselheira Clície sugere que o Parecer da PGM seja enviado por e-mail para todos os Conselheiros. O Conselheiro Fabio questiona que a reunião de eleição teria que ser em uma reunião ordinária para que mais conselheiros pudessem participar e não extraordinária, pois teria que ter verificado também quem mais gostaria de se candidatar a presidência, pois ele tem mais de 10 anos de Conselho e também poderia assumir e pede para que futuramente a eleição seja feita em reunião ordinária para que o Conselho não perca a credibilidade, pois quando entrou no Conselho foi conseguido fazer a lei e equilibrar as representações, pois antes era só a Prefeitura que mandava no Conselho. A Presidente Carolline coloca que desde que entrou no Conselho, em 2018, a Conselheira Ana estava a frente do Conselho e toda a caminhada foi de fortalecimento e em nenhum momento visualizou que a prefeitura ou a gestão teve alguma ação dentro do Conselho, para ter uma abertura política depende da postura dos Conselheiros, mas nunca

vizualizou isso dentro do Conselho, e acrescenta que o direito do Conselheiro é ler o regimento, fazer alterações e aprovações pelo pleno, quem decide é o pleno, temos que sentar novamente, ler o regimento e adequar no que seria o melhor para o Conselho. O Conselheiro Fabio diz que concorda mas questiona novamente porque a eleição não foi na reunião ordinária. A Presidente Carolline coloca que quando foi recebido a convocação, poderia ter colocado que não concordava e ter trazido também no dia o questionamento. A Conselheira Ana Lucia coloca para o Conselheiro Fabio que a convocação foi feita para cumprir o regimento porque já havia encerado o mandato da equipe diretiva. O Conselheiro Fábio coloca que a diferença foi de uma semana e que ficou injusto o equilíbrio, porque outras pessoas poderiam se candidatar também e questiona também quanto ao quórum da sociedade civil e do governo. A Presidente Carolline coloca que o quórum foi conferido e todos tinham a liberdade de se candidatar como Presidente, vice ou secretário geral, e dentro da legalidade dentro de seu olhar estava conforme a convocação. O Conselheiro Adriano sugere que a data de eleição já seja prevista em um reunião dentro do calendário do Conselho, e um mês antes já seja levantado os candidatos para que no dia da eleição a pessoa possa se colocar e se apresentar. A Presidente Carolline coloca que foi cumprido o regimento, e para isso precisa estudar o regimento e fazer as adequações necessárias e coloca que na reunião do dia 02 de outubro foi apontado que teria eleição. Dando sequência a pauta a Presidente Carolline pergunta sobre a aprovação das atas, a ata do dia 02 de outubro e a ata das eleições do dia 24 de outubro e pergunta para a Secretária Néia se houve algum apontamento. A Secretária Néia responde que houve alguns apontamentos e foram acatados, mas todos receberam o que foi apontado. A Presidente Carolline passa para a próxima pauta, mas a Conselheira Ana Lucia avisa que precisa constar a aprovação da ata, verificando quem aprovou ou não aprovou e coloca a sua abstenção da ata e justifica que: “Não fiz a leitura para verificar como ela estava, se estava correta ou não estava, não consegui fazer, porque se eu fizesse iria desmoronar um pouco mais do que eu fiquei, era minha última reunião como Presidente frente ao Conselho e nesses quase 10 anos, não chegou a 10 anos como Presidencia, mas estou no Conselho desde 2012 e nesse tempo histórico que passei, aconteceram denúncias, eu perdi mandato por denúncia e por irregularidade de eleição, depois a gente foi convidada a entrar pelo seguimento, mas enquanto a frente desde 2017, tenho a Plena certeza de que fiz o Conselho crescer, inclusive com a Lei que organiza o Conselho e que nós sempre ouvíamos um não, que não era para fazer, na época da professora Ema ela nos ouviu quando entramos e a gente caminhou com isso, na última reunião a frente do Conselho, a gente não espera ser humilhada e desrespeitada, a gente espera dizer assim, Oh Ana, parabéns, foi muito bom estar com você, que bom o trabalho que você fez, não queria ser exaltada, só o fato de um abraço, de agradecer, já estava ótimo para mim, mas isso não aconteceu, só para justificar porque eu me abstive e porque eu não fiz a leitura.” Dando sequência a pauta a Presidente Carol pergunta se tem mais alguém que não aprovou a ata. A Conselheira Maristela coloca que em conjunto com a representante do seu seguimento, elas também não concordam com o que aconteceu, apesar de já está tudo encaminhado, ela gostaria de se abster, o Conselheiro Marcos também se abstém, em seguida a Conselheira Leila e a Conselheira Carmem também se abstém. O Conselheiro Luiz se abstém e justifica que leu umas 3 (três) vezes, e diz: “Gostaria que ela fosse transcrita na integralidade de como foi feito o audio, porque tanto os que estavam presentes, quanto ao que está na ata, para quem leu, verifica que não há nenhum tipo de subversão a ninguém, nenhum tipo de desrespeito a ninguém, e justifica sua abstenção no sentido de que a ata foi feita, bem feita e depois corrigida conforme pedido, mas precisava ser transcrita na forma integral do audio que foi feita a reunião e a gravação, justamente para fazer a ata na sequência, esse audio até foi.. se for o caso, se for necessário, que seja solicitado isso, que seja encaminhado para que todos possam escutar e ver o que realmente foi falado, nos tons que foi falado, ou não, para que se tirem as conclusões, mas a minha abstenção da ata é por conta da transcrição na integralidade pelo que o audio se deu, porque na ata não consta houve grito, houve alguma questão de humilhação, essa situação só consegue perceber se ouvir o audio ou se transcrever: nesse

momento fulano gritou, ou se exaltou, isso não tem como fazer, mas seria necessário se fosse a transcrição feita na íntegra como foi feito, tem algumas coisas que foram só colocadas em tempos para poder colocar a concordância, assim como coloquei na minha justificativa, porque a concordância específica do áudio, se for colocar somente a transcrição do áudio fica desordenado, talvez essa seja uma ata atípica por conta da situação, mas não foi, por isso que ela foi ordenada no tempo certo verbal como coloquei na minha justificativa no e-mail, e por conta de outras considerações que foram feitas, até para se colocar uma paridade e uma pedra na situação que já foi resolvida no dia 24, essa ata talvez precisaria ser colocado quem gritou, quem se exaltou, eu enquanto Conselheiro simplesmente entrei dentro do regimento, então eu me abstenho por isso Presidente.” A Presidente Carolline coloca seu entendimento enquanto Conselheira, dizendo que a ata não tem emoção, não tem como retratar algumas coisas com palavras, conversou com a Secretária Néia e foi explicado que o programa é assim, é colocado e ele faz a leitura, as considerações e percepções do que aconteceu naquele dia, só que estava presente sabe e cada um vai ter um olhar, por isso somos um Conselho, com emoções diferentes, com olhares diferentes, cada um dentro do seu entendimento. A Conselheira Domingas de Fátima se abtém porque não leu a ata. A Secretária Vanessa sugere que chame pelo nome para ficar mais fácil a anotação. A Presidente Carol chama pela ordem dos titulares: Ana-abstenção, Luiz – abstenção, Clície – aprova, Rosiani-abstenção, Angela-aprova, Madalena-aprova, Carla-aprova, Jéssica-abstenção, Domingas-abstém, Marilza-abstém, Maristela-abstém, Leila-abstém, Rodrigo-aprova, Fátima-aprova, Carmen-aprova, Marcos-abstém. A Secretária Vanessa faz a contagem dos votos e o resultado foi de 10 abstenções e 6 aprovações. A Conselheira Angela pergunta se uma ata pode não ser aprovada por que os Conselheiros não leram? A Conselheira Ana responde que o voto é de cada um não tem como interferir. A Presidente Carolline coloca o seu entendimento dizendo que abstenção seria o neutro, você nem concorda e nem não concorda. A Conselheira Clície coloca que em seu entendimento para não aprovar a ata, precisa dizer que é contra e não se abster, porque quando se abstém, não se toma partido, nem sim e nem não, apenas se isenta de decidir, esse é o entendimento da palavra abstenção, não é contra e nem a favor, para algo não ser aprovado precisa ser dito que é contra. A Presidente Carolline concorda e coloca que um dos deveres do Conselheiros é ler as atas, acompanhar, mas se a justificativa do Conselheiro for essa, também é um direito dele. A Conselheira Clície coloca que foi um momento bem difícil, todo mundo passou pela seriedade do processo que foi e do que é um Conselho, a ata chegou em tempo para ler e poderiam ter se dedicado para esse processo, porque o Conselho precisa ter peso e ter valor, precisa ter esse cuidado e essa responsabilidade de aprovar ou não coisas que acontecem dentro do Conselho. A Conselheira Maristela pede para justificar a sua abstenção e diz que no dia tinha outras opções e a mesma não foi favorável com o que aconteceu naquele momento, em seu ponto de vista a eleição teria que ser na outra semana, mas como estava presente participou do ato e votou porque era titular, porém se absteve porque não queria que fosse daquela forma, não é contra a eleição, mas também não é favorável da maneira que foi, por isso se abstém. A Conselheira Leila justifica dizendo que começou a ler mas não concluiu porque não concorda com 90% do que aconteceu na última reunião, por isso se abstém, por não concordar e porque começou a ler e não quis continuar para não reviver de volta toda a situação que aconteceu, foi muito feio e desagradável, não é legal para o Conselho as coisas acontecerem da maneira que aconteceram na última reunião, por isso se abstém porque não quis continuar a leitura. A Conselheira Rosiani coloca que faz parte do Conselho desde julho de 2023, nunca deixou de ler uma ata e nunca se absteve de nenhum voto, como a Leila falou, foi deplorável a última reunião, a reunião que tratou da eleição foi algo muito deplorável, não teve tempo de ler, mas leu o e-mail com as observações do Conselheiro Luiz que se colocava contrário, mas nem foi atrás, realmente para não rever tudo o que viveu naquele dia, como profissionais, como cidadãos, como Conselheiros, não foi um dia nada agradável, então foi uma opção mesmo não ler a ata, não foi um lapso ou um relaxo de não ter o compromisso como Conselheira. A Conselheira Domingas de Fátima justifica que no seu caso não foi falta de responsabilidade,

sempre lê todos os documentos, foi por questões pessoais de não ter tido tempo de ler mesmo, então preferiu se abster. A Presidente Carolline coloca, então a aprovação da ata ficou por 6 votos. O Conselheiro Luiz pede uma questão de ordem e coloca que em relação a ata: “Tem 2 opções para quem não concorda com uma ata ou deixa de concordar, a primeira é responder o e-mail para a Diretoria sobre qual ponto concordou ou deixou de concordar com a ata, como a Presidente acabou de pontuar que a escrita tem que seguir as normas gramaticais da língua portuguesa, então não existe a possibilidade de colocar expressão, então tem duas situações: ler e não concordar simplesmente não justifica, tem que colocar o porquê registrado no e-mail, como foi feito, eu fiz, não sei se outros tiveram a possibilidade de fazer ou não, o que eu acho muito leviano e vou falar enquanto pessoal e quero deixar registrado na ata, quais foram os apontamentos? Quais foram as situações deploráveis? Quem foi? O que foi? Que se tenha a decência de se registrar para que a gente possa ter certeza de uma aprovação de uma ata ou não, então existem 2 situações, se eu não concordo com uma ata, vou encaminhar para que e coloque o meu ponto de vista onde eu acho que está errado ou não, ou aqui no pleno falar sim ou não, a gente abre a possibilidade de abstenção como sempre abriu porque é um Conselho democrático, sendo um Conselho democrático a gente opta por ter a abstenção, mas em questão de ata, é sim ou é não, o que eu não posso é vim em um reunião pública, num conselho público como esse, com a importância a qual ele tem e trazer sobreslinhas acusações levianas sobre assuntos que se colocou naquele momento, simplesmente porque eu acho que eu tenho um direito de falar, então que seja claro no registro com relação a questão da onde não concordou e em que ponto não concordou e deixe isso registrado para que o futuro possa entender aonde teve divergência e aonde não teve, porque enquanto Conselheiro, dentro do regimento e dentro da legalidade, só foi feita a leitura e a exposição das questões da legislação e do regimento do decreto do nosso Conselho, nada foi contrário, outra questão que se questionou foi a validade de ter todos os seguimentos, todos sabem que temos 20 (vinte) seguimentos e nós estávamos em 19, todas essas situações por mais estranhas que se coloquem nas entrelinhas, eu acho assim, que se eu tenho uma dificuldade com uma pessoa do meu lado eu vou lá e falo assim, eu tenho uma dificuldade com relação a fala de Conselheira Daniela fez e por isso sou contra nesse ponto, simples assim, profissional é profissional, amigo é amigo e a vida continua, o que eu não posso e nós enquanto municípios não podemos concordar é vim uma fala desse jeito, dentro de um conselho, dentro de um espaço democrático e por ao vento palavras que não tem justificativa nenhuma, não tem objetivo nenhum, qual o objetivo que eu tenho de chegar e colocar que não concordei porque isso, porque aquilo, porque é deplorável, qual foi a situação, em qual momento foi, que se registre isso e coloque de forma aberta e transparente para que as coisas sejam mais claras, porque se assim não for, porque nós estamos aqui, porque existe o Conselho Municipal de Educação, então diante disso eu vou mudar o meu voto agora e vou a favor da ata porque eu li, reli, coloquei considerações, coloquei questões de pontuação e você enquanto profissional acabou de me ensinar que de fato, eu tenho que deixar de lado a minha questão emocional neste momento e olhar para o que é certo, como vocês são professores, o que é mais correto dentro da linguagem gramatical hoje? não é o falar e escrever corretamente? Foi isso que eu aprendi, pelo que vocês enquanto professores me ensinaram na sala de aula, então Carol a sua fala agora enquanto letra, enquanto escrita não tem que ter expressões, mudou o meu voto, sou a favor dessa ata sim e quero que registre sim essa minha questão de ordem para que quem se absteve por motivos de que acabaram de dizer referente a questão de não concordei com x ou com y naquele momento, que tenha pelo menos a capacidade de se registrar através de e-mail, o que, quem e qual é a situação que não gostou naquele momento para que o próprio Conselho possa se for o caso, levar para frente ou não.” A Presidente Carolline segue com a pauta e coloca que foram entregues as propostas de alterações da Portaria de Escolha de Turmas dos Departamentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Inclusão e Educação Especial, será enviado para as Câmaras e pede para que seja organizado o quanto antes as reuniões de Câmaras para que se faça a leitura e trazer novamente as alterações e a proposta, e avisa que

provavelmente terá uma reunião extraordinária para aprovar as portarias. A Conselheira Clície salienta que o processo de escolha de turmas começa no dia 1º de dezembro. Seguindo a pauta a Presidente coloca que foi recebido para conhecimento o abaixo assinado da Escola Júlia Wanderley, o mesmo também foi encaminhado aos cuidados do Secretário Diego, se trata da eleição de Diretores e solicita a permanência da Diretora e Diretora auxiliar na próxima gestão. O Conselheiro Marcos pergunta qual foi a justificativa do pedido. A Conselheira Ana Lucia pede para responder e explica que foi feito um abaixo assinado porque as duas candidatas não podiam passar pelo processo de eleição por já possuírem 2 mandatos, e na Escola não houve outros candidatos, por isso fizeram e colocaram essa justificativa, elas ligaram avisando que iriam fazer e se podiam fazer, mas o Conselho não pode interferir nisso e foi enviado também para o Secretário. Dando sequência a pauta a Presidente Carolline coloca sobre os calendários das Unidades, foi recebido e analisados pelo Conselho os calendários da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial, foram conferidos e estão conforme a Deliberação, só falta a aprovação, quanto dos particulares tanto das unidades públicas, precisa homologar o quanto antes, a Presidente pergunta: “podemos aprovar?” A Conselheira Ana Lucia coloca que precisa de uma adequação e coloca que como tem domingo letivo, na legenda tem que colocar sábado/domingo letivo. A Conselheira Clície explica porque a Educação Especial tem 2 (dois) calendários e coloca que um é para as Escolas Especias que tem dois Conselhos de Classe semestrais e o outro é dos Centros, que tem uma organização para os estudos de caso e as devolutivas. A Conselheira Maristela pede para olhar o calendário antes aprovar. Os calendários são apresentados e a Presidente Carolline faz a leitura dos pontos principais de cada um dos calendários, no calendário da EJA faltou pintar o dia 29 de julho, início do semestre. A Presidente Carolline pergunta: “Podemos homologar os calendários, com a alteração da EJA?” Ninguém se colocou contra a homologação. A Presidente Carolline coloca sobre os calendários das Escolas privadas, dizendo que a Vanessa é a responsável de conferir, já fez todo a conferência iniciada junto com a Ana, precisamos fazer essa aprovação, mas são muitas unidades para estar passando, “Podemos homologar os calendários das Escolas particulares?” A Conselheira Maristela coloca uma sugestão pedindo para que na hora de aprovar seja dado um tempinho para as pessoas entenderem, pensar um pouco e diz que até conseguiu olhar bem o calendário ainda e gostaria de colocar um alternativa de terminar no dia 19, pois terá um Conselho de classe numa sexta feira com dispensa de alunos, depois retorna na outra semana com apenas 3 dias de aula, então estudantes não vai ter nos dias 15,16,17 e 18 na escola, o que a gente vai fazer com esses 4 dias que precisa cumprir, precisaria organizar melhor onde que conseguiria encaixar esses 4 dias, a Conselheira Maristela coloca que não concorda com esse calendário, porque no dia 19 não vai ter estudantes até esse dia, pensando em sua categoria, não concorda. A Presidente Carolline coloca que apesar de estar fora da Unidade, acredita que o encaminhamento é o mesmo, vai para as Unidades, é conversado na unidade, feito algumas propostas, devolve para o Departamento. A Conselheira Clície pede a palavra e diz que o desenho do calendário foi feito exatamente como estava na Deliberação, não poderia terminar antes da primeira quinzena de dezembro, por isso foi desenhado assim, o Estado irá terminar no dia 23 de dezembro, a nossa organização foi um pouco mais humana, se fosse para seguir a risca o calendário do Estado, ele não tem nenhum sábado letivo e nenhum domingo letivo, todas as dispensas e conselho ocorrem dentro da semana, e em compensação os professores terão que trabalhar até o dia 23 de dezembro e referente aos 4 dias, o que fazer com esse estudante? acredita que o Conselho de classe é o final para decidir se há aprovação ou não dos estudantes e nos outros 4 dias o professor pode continuar trabalhando com esses estudantes para que eles possam ir para o próximo ano letivo com bagagem de conteúdo, porque a Escola não é so nota, não é só aprovação, reprovação, na Escola trabalha com aprendizagem então o professor pode em 4 dias, com menos estudante preparar projetos e atividades diferenciadas que também dê a criança o direito de aprender, não podemos esquecer desse sentido do papel da Escola. A Conselheira Ana Lucia esclarece que o Comitê do Educa Juntos está batalhando há alguns anos para ter um calendário mais

unificado, as nossas aulas terminam no dia 18, do Estado no dia 19 e a grande maioria das Redes Municipais irão terminar nesse período, e até na questão dos recessos um dos principais acordos é devido ao transporte, para que não ocorra do Estado começar uma semana antes e o Município uma semana depois, a maioria dos Municípios seguiram o Estado, e o nosso ficou um pouco mais tranquilo, pensando nos professores, e tem também os Comitês internos que falam da necessidade de ter as reuniões pedagógicas e o Conselho de Classe, e o próprio grupo já vem a alguns anos solicitando que é importante ter a reunião administrativa, o conselho de classe, e tem uma previsão também para o Curso de bombeiros que foi colocado no início do ano e vai ser adequado de acordo com cada um, isso foi o que a Cristiani acabou passando do porque iniciando no dia 06 de fevereiro e usando 3 dias e será adequado o curso de bombeiros, e quando tivemos o recesso do dia 14 e o feriado do dia 15 e 28 de outubro, os alunos do Estado ficaram sem o transporte. A Conselheira Clície lembra que em 2019 tinha um calendário bem enxuto, tinha que fazer Conselho de Classe a noite, mas a noite não pode convocar o professor para fazer Conselho de Classe, o calendário se estende mas ao longo do ano dá a oportunidade das unidades se organizarem com formações, então enxugar demais o calendário prejudica todo o caminhar ao longo do ano letivo. Dando seuência a aprovação dos calendários, a Presidente Carolline pergunta novamente se o colegiado aprova os calendários da Rede Pública ou se alguém se abstém? Ninguém se manifestou. Dando sequência a Presidente pergunta se aprova os calendários da Rede Particular. A Conselheira Ana Lucia coloca que não tem como aprovar todos os calendários das unidades particulares, porque tem Unidades que só entregam no ano que vem, então ficaria uma data de homologação antes da entrega, mas não impede de fazer a aprovação daqueles que já estão certos. A Conselheira Leila coloca que a maioria das Unidade estão aguardando o calendário da SEMED para se adequar e pergunta para o Conselheiro Luis se no caso do Compras teria que iniciar no dia 6 também? O Conselheiro Luiz coloca que em relação as unidades Privadas tem em torno de umas 26 já programadas para fazer a contratação e elas devem sim seguir como diz o edital, na íntegra, o calendário do Município. A Conselheira Leila pergunta: “Mas os sábados letivos também? Porque normalmente a gente não conta...” O Conselheiro Luiz responde: “Normalmente..a gente conversa na nossa reunião lá, mas é no início (inaudível) situação. O Conselheiro Fábio Braun pede para que seja colocado um adendo no calendário para que se tenha transporte escolar no sábado, então muitas crianças não comparecem a escola no sábado porque não tem transporte escolar. O Conselheiro Fábio Luciano responde que no sábado letivo é dado o atendimento do transporte para todas as Escolas que solicitam e geralmente encaminham o e-mail com 1 semana de antecedência e é dado o atendimento. O Conselheiro Fábio Braun questiona se não é melhor já colocar no calendário. O Conselheiro Fábio Luciano responde que nem todas as Unidades tem essa necessidade, o transporte é disponibilizado para todas no sábado letivo, mas elas precisam confirmar se tem essa necessidade. A Presidente Carolline pergunta se pode seguir com a aprovação dos calendários que foram entregues das Unidades privadas e coloca que a Vanessa irá encaminhar a lista das Unidades por e-mail. A Presidente pergunta novamente se há alguém contra a aprovação ou se alguém se abstém. Ninguém se manifesta. Dando seguimento a pauta sobre o Parecer do aluno J.P.D do Colégio Opção, a Presidente Carolline coloca que foi solicitado um novo Parecer para verificar como que está o estudante, para daí sim, tomar alguma decisão, será encaminhado para análise da Câmara de Educação Infantil e solicita urgência para que seja feita a matrícula para o ano que vem. Passando para o item 6 da pauta a Presidente Carolline coloca sobre uma denúncia que foi recebida da servidora Eliane Seratiuk sobre a Direção e sobre o processo de eleição da Escola Municipal Papa Paulo VI, foi encaminhado para a Comissão de eleição e também para o Secretário e acredita que não compete ao Conselho, seria somente para conhecimento mesmo. A Próxima pauta é sobre os processos das Escolas Públicas e Particulares, e coloca que a Comissão já fez a visita, quem vai do Conselho è a Madalena, junto com a Delma, os processos são: Credenciamento e Autorização de funcionamento do CEI Pequeno Einstein; Renovação do Credenciamento da Instituição para Oferta da Educação

Infantil da Escola Estação Criança; Mundaça do Quadro societário da Escolinha da Graça; Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil para o CEI- Escolinha da Graça; Renovação da Autorização de Funcionamento da Escola Evolutiva; Credenciamento para oferta da Educação Infantil da Escola Evolutiva; Autorização de Funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais – manhã da Escola Municipal Maria Robertina. A Presidente coloca que as visitas foram realizadas, o Parecer está ok e pergunta se podemos aprovar, se há alguém contra ou se alguém se abstém. Ninguém se manifesta. Dando sequência a pauta a Presidente coloca sobre um e-mail que foi recebido da Escola Júlia Wanderley relatando alguns fatos ocorridos na Escola durante uma visita da Divisão de Estrutura e Funcionamento, é feita a leitura na íntegra e a Presidente coloca que será encaminhado para a Divisão de Estrutura para que eles possam relatar também como que aconteceu e responder ao Conselho como foi a visita, qual os encaminhamentos que foram feitos. A Presidente Carolline pergunta se todos concordam com esse encaminhamento. Nenhum Conselheiro se opôs. A Presidente coloca que irá encaminhar para a Divisão de Estrutura e Funcionamento, para que seja dado uma resposta a Escola e o Conselho encaminha, já que a denúncia veio para o Conselho. A Conselheira Ana Lucia coloca que deve ser encaminhado ao Secretário, e não direto para a Divisão. A Presidente Carolline segue para a próxima correspondência recebida, fazendo a leitura do ofício nº 1029/2024 – SEMED, em resposta ao ofício nº 131/2024 –CME/SJP, sobre esclarecimento aos questionamentos do coletivo de pedagogos. A Conselheira Angela explica que a resposta do Departamento ficou de maneira genérica, porque no questionamento não foi detalhado quais unidades que não tem estrutura, então não foi possível responder de maneira mais criteriosa. A Conselheira Ana Lucia explica que quando foi levado para a Reunião de Câmara, ficou faltando a resposta do Departamento de Suporte porque foi citado pelo Departamento de Educação Infantil que cada Departamento deveria responder pela sua ação, por isso foi solicitado e agora precisa voltar para a Câmara. A Presidente Carolline coloca que será encaminhado. Seguindo a pauta, é apresentado o ofício nº1051/2024-SEMED, com a lista das Unidades que fazem parte do Programa de Aquisição de Vagas, foi solicitado pelo Conselho devido aos calendários. Dando sequência a pauta a Presidente faz a leitura do ofício nº1082/2024- SEMED, que solicita a gravação da reunião da eleição ocorrida no dia 24/10/2024, a Presidente Carolline faz a sua consideração a respeito dizendo que as gravações foram feitas para que as atas fossem transcritas, quando foi proposto a gravação seria somente para a ata e não para enviar o audio para outros lugares e entende que isso tiraria o fortalecimento do Conselho caso fosse divulgado o audio para alguém e propõe que seja respondido ao Secretário baseado na ata em que foi feito esse acordo sobre a disponibilidade de audios ou não e esclarecendo que a gravação serve para fazer a ata e pergunta se alguém quer acrescentar algo. A Conselheira Carla relata que não conhecia essa ferramenta e comenta que realmente redigir uma ata é muito difícil, acha muito prático e funcional mas entende essa ferramenta cabe somente a este Conselho, Carla coloca seu carinho e respeito em relação a caminhada da Conselheira Ana Lucia e deseja a Presidente Carolline as boas vindas. O Conselheiro Luiz também afirma que a gravação é somente para fazer a transcrição e registra que a Diretoria anterior não tem arquivos nesse sentido. O Conselheiro Fábio lembra que houve uma votação para proibir qualquer tipo de gravação, a não ser para fazer a ata e não deve ser transmitido o arquivo para outra pessoa. A Presidente Carolline coloca que então irá responder ao Secretário, seguindo para o próximo ofício recebido a Presidente faz a leitura do ofício nº 1084/2024-SEMED que solicita a emissão da portaria da nova diretoria, a publicação saiu do Diário Oficial no dia 06/11 e será encaminhada para o Secretário, “não que foi atendido o pedido dele, mas foi cumprido a designação da portaria”. O último ofício recebido é o nº1063/2024-SEMED, que solicita a análise, apreciação, parecer e aprovação do colegiado do documento de revisão da Resolução nº03/2015, a qual apresenta a organização, a estrutura e o funcionamento dos Serviços da Educação Especial no Município de São José dos Pinhais, e coloca que será encaminhado para a Câmara. A Presidente Carolline coloca sobre a Presidência das Câmaras que leu sobre o que foi colocado para o biênio de 2022/2024 e sugere que se

cumpra até o final do ano como está, devido as demandas que precisam ser cumpridas e que não leu no regimento de que precisa de uma data específica para remover o presidente e acredita que seria melhor manter como está para que se encaminhe o que precisa ser organizado e no ano que vem seja reorganizado a composição das Câmaras, a Presidente pergunta se todos estão de acordo com esse andamento visto que não se encontrou nenhuma data que se colocasse para acabar e como tem demanda ainda de Parecer e Portaria de Escolha de Turmas, acredita precisa correr o quanto antes com essa situação, a Presidente Caroline pergunta: “Podemos dar continuidade aos trabalhos das Câmaras como elas estão montadas? Alguém quer fazer alguma consideração sobre isso? Ninguém se manifesta. Nada mais havendo para tratar a Presidente Caroline agradece a participação de todos e coloca que provavelmente tenha uma reunião extraordinária para cumprir as demandas das portarias.

Eu Valdinéia Santos de Lima, encerro está ata que foi digitada por mim, e será assinada pela Presidente Caroline Pereira de Araújo Maia.



Documento assinado digitalmente
CAROLLINE PEREIRA DE ARAUJO MAIA
Data: 16/12/2024 10:26:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>